



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

3 Aos dezoito dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e dois, às 14:00h, reuniram-se,
4 ordinariamente, de maneira remota, utilizando a ferramenta “Google Meet”, o Conselho
5 Municipal de Educação, sob presidência da sra. Rosângela Babinska, para tratar da seguinte
6 pauta: **1.** Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; **2.** Análise das solicitações de
7 autorização de funcionamento das escolas de Educação Infantil de iniciativa privada do
8 município; **3.** Deliberação CME Nº 01/2022 – Retorno às aulas; **4.** Equipe de atendimento
9 complementar aos estudantes com deficiência; **5.** Informes e outros assuntos. Estiveram
10 presentes à reunião os seguintes conselheiros(as): Adriana Barroso de Azevedo, Ângelo
11 Gabriel Viggiani, Carla Andrea Soares de Araújo, Caroline Guerra Takeuchi, Cynthia Cristina
12 Mora Ara, Eliane Quirino de Souza Consentino, Eliezer Mendes da Silva – representado pela
13 Sra. Talita Mareira, Gabriela Reis Silva Pinheiro, Jorge Araújo da Silva, Joseleine de Campos
14 Gomes, Luciana Campos Bechelli, Patrícia dos Santos Vieira de Oliveira, Patricia Vivolo
15 Rotondaro da Silva, Priscilla de Cassia Bessi de Mattos, Renata Alves Leopoldo, Renata Lilian
16 de Oliveira, Ricardo Gaspar, Rita de Cassia Tochetto, Rosa Maria Monsanto Gloria, Rubia
17 Armelini de Freitas, Suzana Bonfiglioli Sapienza, Tania Maria Scapin Murias, Vanessa de
18 Magalhães Pina e Vanessa Takigami Alves; esteve presente também o Sr. Carlos Henrique
19 Rangon Antunes do Serviço de Apoio Administrativo aos Conselhos Municipais. Após a
20 constatação do *quórum* para a instalação da sessão plenária, nos termos do Art. 12 do
21 Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação – CME, a sra. Presidente Rosângela
22 Babinska declara aberta a sessão plenária, cumprimentando todos os presentes. Após, solicita
23 a leitura da ordem do dia. Passando para o “item 1” da pauta; A Conselheira Vanessa Pina
24 realiza a leitura da ata da ducentésima vigésima segunda reunião do CME. Não havendo
25 quaisquer acréscimos, supressões ou destaques, a ata da ducentésima vigésima reunião do CME
26 foi aprovada por unanimidade. Após, a Conselheira Gabriela aponta que no item de informes
27 e outros assuntos existe a possibilidade de manifestação dos Conselheiros sobre assuntos que
28 queiram trazer para a pauta do CME, também aponta que o Carlos informou no *Whatsapp* que
29 os pedidos de inclusão de pauta podem ser enviados por e-mail com dez dias de antecedência
30 da reunião. A sra. Presidente informa que a pauta organizada para a reunião é enviada aos
31 Conselheiros na semana anterior à reunião, e corrobora que as solicitações de adição de itens à
32 pauta devem ser encaminhadas ao e-mail do CME com dez dias de antecedência à reunião, de
33 forma que a Presidência possa organizar a pauta. Na sequência, a conselheira Gabriela aponta
34 que as discussões sobre as autorizações de funcionamento demandam muito tempo nas
35 reuniões, e propõe a possibilidade de inversão de pauta nas reuniões, pois questões importantes
36 estão sendo deixadas para o final da reunião. Aponta ainda que “o interesse é de quem quer
37 abrir ou não é do dono da escola, e o CME vai fazer dentro do seu tempo” (*sic*). A sra.
38 Presidente Rosângela informa que a autorização de funcionamento é uma pauta permanente
39 dentro das reuniões do Conselho e que os conselheiros do GT de Autorização de
40 Funcionamento reuniram-se duas vezes nesta semana para esmiuçar os casos e trazê-los ao
41 pleno com uma análise, informa ainda que nesta reunião são trazidos trabalhos do GT de
42 Autorização de Funcionamento e do GT de Legislação. A Conselheira Gabriela diz que foi

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like 'TEROM', 'seg', and 'Pina'.

43 incluída no GT de Educação Infantil e que os novos conselheiros não foram avisados do início
44 dos trabalhos dos GTs. A sra. Presidente aponta que até o momento não houve reuniões do GT
45 de Educação Infantil e diz que ao final da reunião o sr. Carlos apresentará novamente os
46 membros dos GTs e caso algum conselheiro se disponha, pode ser incluído em um dos GTs. A
47 Conselheira Adriana diz que nos anos anteriores houve um revezamento das ordens da pauta.
48 A sra. Presidente aponta que à época, a Autorização não era item permanente na pauta, e que
49 por conta disso muitas reuniões extraordinárias eram convocadas para tratar desta demanda.
50 Passando para o “item 2” da pauta; O conselheiro Ângelo, diz “Boa tarde pra todo mundo,
51 primeira coisa que queria reforçar o que a Gabriela falou, principalmente levando em
52 consideração que se é uma pauta permanente, isso significa que a gente vai sempre tocar nesta
53 pauta, isso significa que a gente vai sempre voltar nessa pauta, isso significa que a gente
54 sempre vai ter um tempo pra olhar pra essa pauta, e se a gente sempre vai ter um tempo em
55 todas as reuniões para olhar pra essa pauta, ao meu ver parece muito mais sensato que a gente
56 trate antes daquilo que a gente não vai olhar em todas as reuniões e depois daquilo que a gente
57 sempre vai retomar, porque dessa forma a gente não fica jogando pra depois aquilo que a
58 gente não vai ter sempre como pauta permanente, eu vou dar um exemplo do que aconteceu
59 na última reunião, que a gente não pode falar sobre o ensino híbrido, e que é uma urgência
60 porque até onde eu sei isso deve ser encaminhado logo isso precisa entrar, né, enfim, a gente
61 tem que falar sobre isso porque as aulas já voltaram né, e a gente não pode falar sobre isso,
62 então eu concordo com a Gabriela de que esta deveria ser, de que a pauta das escolas ela
63 poderia ser colocada no final da reunião já que a gente sempre vai voltar nelas. Também tem
64 mais duas questões sobre isso, mais três na verdade, né. A primeira é quem definiu como pauta
65 fixa e se foi definido no conselho anterior eu sugiro que a gente faça uma nova votação de
66 como deveria ser a organização agora, a segunda questão sobre isso é – como que a gente,
67 né, vou falar no meu caso, eu entrei numa reunião e fiquei muito perdido quando eu vi que a
68 gente estava votando sobre a aprovação de algumas escolas que a gente nunca nem pode ver,
69 tudo bem a gente tem alguns documentos, a gente nem sempre tem fotos desses documentos,
70 às vezes a gente tem, mas a gente que vive na escola né, eu não sei se todos aqui tão
71 trabalhando na escola, porque eu sei que algumas pessoas não estão né, fazem parte da
72 educação de alguma forma, mas não estão nas escolas, trabalhando dentro das escolas, a
73 gente sabe que uma foto não revela a realidade de uma escola, a gente sabe que uma foto, por
74 mais bem tirada que seja muitas vezes não vai revelar a estrutura real de que aquela escola se
75 encontra, e aí como eu, por exemplo, como conselheiro, vou me sentir seguro pra dizer se uma
76 escola tá em condições de receber um trabalho, de ser aprovada, se eu não vi aquela escola,
77 eu queria entender mais ou menos, eu fiquei muito perdido quando entrei, agora que eu já li
78 as atas, que eu me inteirei nos documentos e que eu, né, estou mais inteirado de como funciona,
79 eu posso falar isso com um pouco mais de propriedade. Eu não me sinto com recursos
80 suficientes para decidir sobre a aprovação de uma escola, que é uma coisa tão importante,
81 que vai mexer com a vida de tantas pessoas, daí eu queria saber quais são os encaminhamentos
82 em relação a isso, eu não me lembro qual era minha terceira questão, mas assim que eu
83 lembrar eu coloco” (sic). A sra. Vice-Presidente Patricia diz “Boa tarde sra. Presidente,
84 demais conselheiros, eu só queria manifestar a respeito da reunião anterior, que eu presidi, e
85 que ela não é um parâmetro, porque eu iniciei a reunião justificando que estávamos com uma
86 hora de atraso, e que foi realmente o que foi suprimido da pauta, por uma questão de saúde,
87 vocês lembram disso, eu estava com Covid, fui testar naquele dia, então esse não é um
88 parâmetro, eu gostaria que os conselheiros tivessem um pouco mais de tempo de experiência
89 no Conselho pra perceber que todas as pautas, elas são possíveis de discutir com organização,
90 engajamento e empenho de todos. Quanto a pauta permanente da autorização de
91 funcionamento, não se trata de autorizar uma escola nova, para qual ela até poderia esperar,

M RH. term [signature] [signature]

92 se trata de escolas que já estão funcionando a maior parte delas, excepcionalmente tem uma
93 escola nova e que não pode prosseguir seu funcionamento sem a autorização, então venceu a
94 autorização nós temos que prover para validação, para que esse sistema continue a funcionar
95 tanto com escolas parceiras quanto com escolas privadas; e a terceira questão é que existem
96 as instâncias de responsabilidade, a fiscalização in loco, cabe aos Orientadores Pedagógicos
97 e à Seção 117, que está incumbida disso, que tem sua competência de ir até a escola, então
98 portanto, quanto nós recebemos os documentos, esse trabalho já foi feito, então cada instância
99 tem a sua competência. Obrigada sra. Presidente, era isso que eu tinha a dizer” (sic). A
100 conselheira Joseleine dá sequência ao assunto colocando que essa constituição de trabalho em
101 GT, já é usual no Conselho e que caberia desta forma a realização de formação sobre as
102 competências de cada instância, assim como suas atribuições, relembra que o GT de
103 Autorização é composto por conselheiros e que são realizadas de duas a três reuniões prévias
104 no GT, onde são levantadas dúvidas às Orientadoras Pedagógicas, filtrando desta forma muitos
105 questionamentos que poderiam ocorrer no pleno. Aponta ainda que há uma sobrecarga de
106 trabalho neste GT e convida os conselheiros que tiverem interesse a se manifestar para inclusão
107 neste GT. O conselheiro Ângelo diz “Eu não sei muito bem como funciona ainda, ainda estou
108 aprendendo, e eu queria me colocar aqui, que eu acho até um pouco insensível talvez, quando
109 a Patricia coloca que nós que estamos entrando agora devemos esperar um pouquinho pra
110 poder se colocar, eu acho que a gente tem que se colocar agora, porque se a gente não colocar
111 nossas dúvidas agora vai demorar muito mais pra gente conseguir entender como funciona e
112 participar efetivamente, então assim, achei uma fala muito descabida assim, me senti
113 desrespeitado inclusive como conselheiro, eu queria só reforçar isso, porque nós que estamos
114 entrando agora a gente tem que inclusive ser orientado para que possa participar plenamente
115 e se a gente não falar o que a gente pensa, se a gente não colocar nossas dúvidas, a gente não
116 vai ter como fazer isso nunca, obrigado era só isso, espero que a gente possa ser um pouco
117 mais democrático.” (sic). A conselheira Vanessa Pina aponta que a conselheira Carla sugeriu
118 no chat que um vídeo poderia ajudar o Conselho. Lembra que as fotos nos documentos são
119 tiradas pelas Orientadoras Pedagógicas, e elas redigem os relatórios que são passados para a
120 chefia da 117 também realiza essas visitas, tanto que é verdade que quando se percebeu que
121 houve um problema na celebração do Convênio, isso foi passado para Seção de APM. A
122 Conselheira Joseleine inicia a apresentação da situação de cinco escolas encaminhadas ao
123 Conselho para deliberação acerca das autorizações de funcionamento (ANEXO I),
124 apresentando caso a caso com a leitura dos pareceres. Durante a leitura do Parecer da Fraternal
125 II a conselheira Renata aponta que há problemas na parte elétrica e devem estar adequadas,
126 caso contrário a aprovação desta forma seria um ato irresponsável e que se posiciona contrária
127 a essa autorização. A conselheira Luciana questiona se a Fraternal II é uma creche parceira,
128 sendo respondida positivamente pela Conselheira Joseleine, afirma que a última autorização
129 foi emitida em 2019 e que a mesma venceu em 30 de janeiro deste ano. O Conselheiro Jorge
130 questiona quando foi realizada a vistoria e qual foi o prazo concedido. Lembra que as aulas já
131 iniciaram, e que aparentemente o reparo elétrico necessário é de pequeno porte. Não sendo
132 viável interromper o atendimento por conta disso, haja visto que a próxima reunião do
133 Conselho está programada para daqui a um mês, sugerindo a verificação deste reparo antes da
134 reprovação e declarando sua aprovação com as devidas ressalvas. A Conselheira Joseleine
135 informa que a visita foi realizada em 10 de fevereiro e a escola recebeu orientação durante a
136 vista e que o procedimento rotineiro é a concessão de uma autorização provisória por um curto
137 espaço de tempo, para que a escola proceda com as intervenções solicitadas e após é realizada
138 uma nova vistoria e encaminhamento para análise do conselho. A Conselheira Gabriela pontua
139 que pela explanação, a escola está autorizada desde 2019, questionando então desde quando
140 existe essa situação de reparo elétrico. Discorda do conselheiro Jorge, pois considera o reparo

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like 'TERSM', 'Jorge', and 'Luciana']

141 elétrico de grande gravidade para uma autorização, considerando irresponsável qualquer
142 autorização a ela, sendo inadmissível uma escola ter fiação elétrica exposta. A sra. Presidente
143 questiona sobre os prazos indicados pelas Orientadoras Pedagógicas. A Conselheira Joseleine
144 informa que a Comissão que vistoriou a escola concedeu prazo de 10 (dez) dias para
145 apresentação do plano de adequação, sendo que as indicações de urgência devem estar sanadas
146 até a apresentação do plano de adequações. O Conselheiro Ricardo aponta que muitas escolas
147 que são aprovadas já funcionam sem a autorização, não sendo lacradas por conta da falta de
148 autorização. Sugere que os mantenedores adequem as questões de segurança e que o caso seja
149 reanalisado posteriormente no pleno. Ainda aponta que o Conselho assume responsabilidade
150 ao emitir parecer de autorização e que o Conselho não aceite essa transferência de
151 responsabilidade. A Conselheira Cynthia questiona se a escola já recebeu verbas para a
152 execução dos apontamentos das Orientadoras. A sra. Vice-Presidente Patricia informa que as
153 escolas que entregaram a documentação no prazo já receberam repasses e aquelas que
154 entregaram fora do prazo estão recebendo nos próximos dias, e que o tratamento do repasse é
155 igual ao das escolas da rede pública municipal. O Conselheiro Ângelo diz “*Obrigado*
156 *Rosangela, a primeira coisa que eu queria entender, eu queria agradecer ao Ricardo por ter*
157 *colocado os apontamentos dele, eu concordo quando você falou que é muito importante todo*
158 *mundo se focar. Queria entender quais são as consequências de a gente não aprovar, por*
159 *exemplo, se essa creche é fechada no momento que a gente não aprova, se ela continua em*
160 *funcionamento, quais são as consequências práticas disso, eu acho que isso direciona melhor*
161 *nossa votação. Saber o que isso implica. Segunda coisa, queria saber quantas crianças tem*
162 *por turma, se você tem acesso a isso, se vocês têm esse tipo de informação. Terceira coisa que*
163 *eu queria falar, eu sou professor, eu trabalho com crianças de cinco a onze anos. Eu posso*
164 *dizer que das experiências que eu já tive no infantil e creche também, concordo com o que a*
165 *Gabriela falou, se no primeiro ano do fundamental as crianças já estão completamente*
166 *imprevisíveis, antes disso elas são muito mais imprevisíveis, antes disso elas muito mais*
167 *imprevisíveis, elas são muito mais curiosas e vão mexer em tudo que tiverem pra mexer.*
168 *Dependendo do número de crianças que tiver em uma turma, o professor não dá conta de ficar*
169 *o tempo todo olhando, um cuidador que seja, olhando onde que as crianças estão, e aí levando*
170 *isso em consideração, eu acho que a gente deveria se colocar aqui, você a Rosangela e todo*
171 *mundo do conselho, você deixaria seu filho estudar numa escola que tivesse fiação exposta?*
172 *Porque eu nunca permitiria que meu sobrinho, ou minhas irmãs mais novas estudassem em*
173 *uma escola com fiação exposta, pois isso é uma situação que pode acarretar na vida da escola,*
174 *eu acho assim, a gente tem que colocar numa balança, mas a criança vai ficar sem ir para a*
175 *escola, mas se isso for uma consequência que vai proteger a integridade dessa criança, eu*
176 *acho que tudo bem, a gente tem que pensar numa forma assim, de prioridades, queria colocar*
177 *essa questão aqui pra gente pensar”*. A sra. Presidente solicita a explanação das conselheiras
178 Joseleine e Eliane. A conselheira Elaine informa que não tem conhecimento sobre os
179 procedimentos ou consequências da não autorização, haja visto que não é um cenário
180 corriqueiro. A sra. Presidente questiona qual foi o parecer técnico da Orientadora Pedagógica.
181 A Conselheira Joseleine informa que o parecer foi pelo deferimento da autorização de
182 funcionamento provisória e diz que entende que o papel do Conselho deve ser voltado para a
183 autorização e não ao fechamento de escolas, guardadas as devidas ressalvas e responsabilidade,
184 não diminuindo a oferta de vagas na rede, mas qualificando-as. Aponta que as escolas são muito
185 dinâmicas e sempre existem pontos a serem melhorados. Faz a sugestão de isolamento imediato
186 da área afetada e indicação de vistoria da Secretaria na próxima segunda-feira. A sra. Vice-
187 Presidente Patricia diz “*Em relação à experiência no Conselho dos anos anteriores, nós já*
188 *tivemos casos em que a autorização não foi possível, por conta dos documentos de autorização*
189 *– AVCB e Laudo Técnico não terem sido providenciados, então eu queria lembrar que o AVCB*

N M. Term

2008

2008

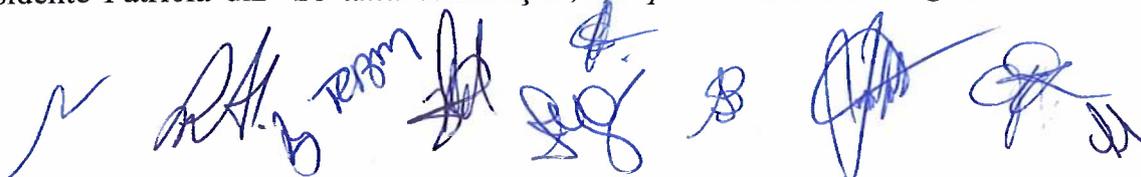
Paul

2008

2008

2008

190 dos Bombeiros é o documento maior que garante que a escola é segura, então nós temos uma
191 outra autoridade que vai lá faz a vistoria e considera que ali não é de grande monta, se está
192 certo ou está errado, se o risco é grave ou não é grave, se esse fio realmente pode causar um
193 acidente grave ou não, nós não temos como julgar o mérito aqui, mas antes de nós, teve um
194 bombeiro que foi lá e fez isso. A outra é que nas situações onde não era possível autorizar
195 porque os documentos estavam vencidos, há todo um procedimento da Secretaria de
196 Educação, que oficia a instituição com prazo para cumprir, existe um rito, não existe
197 suspensão imediata, nós não vamos dizer que não autorizando, segunda-feira as crianças não
198 podem estar lá, existe um rito administrativo. Nós não estamos convalidando, mas não
199 podemos impedir, porque eles têm autorizações documentais, como de AVCB, por exemplo.
200 Então eu acho que o mais prudente, nós não estamos aqui para trabalhar contra o direito das
201 crianças de estarem na escola, é registrar que as áreas não sejam utilizadas e dar uma
202 autorização muito curta para regularização. Eu acho que tem a ver com deterioração, eu tenho
203 a planilha desde 2017 e essa escola já funcionava, tenho experiência na rede ao ponto de dizer
204 que essas questões de deterioração acontecem nas nossas escolas também, porque eu mesma
205 já vi, então as equipes gestoras tem que ser rápidas nestes procedimentos, nós estamos
206 alertando, nós estamos dizendo para que se faça e se faça rapidamente, então essa é minha
207 sugestão de condução – de constar na ata o isolamento imediato das áreas e de uma
208 autorização muito curta pra essa providência.” A sra. Presidente sugere o seguinte
209 encaminhamento – Indicação de vistoria da Secretaria na creche Fraternal II no dia 21 de
210 fevereiro (segunda-feira), acompanhada pela Conselheira Eliane. Em caso de constatação de
211 não realização das manutenções nas fiações - indicação de isolamento imediato das áreas afetadas.
212 Autorização provisória até 28 de fevereiro, para finalização das manutenções emergenciais,
213 com a devida comprovação à Seção de Atendimento às Entidades Parceiras e de Autorização
214 de Funcionamento (SE-117), votaram favoráveis os conselheiros(as): Rosângela Babinska,
215 Vanessa de Magalhães Pina, Joseleine de Campos Gomes, Patrícia dos Santos Vieira de
216 Oliveira, Vanessa Takigami Alves, Priscilla de Cassia Bessi de Mattos, Eliane Quirino de
217 Souza Consentino, Luciana Campos Bechelli, Ricardo Gaspar, Tania Maria Scapin Murias,
218 Adriana Barroso de Azevedo, Jorge Araújo da Silva e Eliezer Mendes da Silva, votaram contra
219 os conselheiros(as): Ângelo Gabriel Viggiani, Gabriela Reis Silva Pinheiro e Renata Lilian de
220 Oliveira. Apurando-se desta forma 13 (treze) votos favoráveis e 3 (três) desfavoráveis. A
221 conselheira Gabriela aponta estranhamento na concessão da autorização provisória de
222 funcionamento após vistoria das Orientadoras Pedagógicas, sendo que o prazo era dia 20. A
223 sra. Presidente Rosângela interrompe e aponta que as Orientadoras fizeram um parecer técnico
224 favorável à autorização e que o conselho corroborou com esse encaminhamento. A conselheira
225 Gabriela expressa seu descontentamento pelo fato das Orientadoras Pedagógicas terem emitido
226 um parecer favorável, mesmo havendo uma situação que pode colocar as crianças em risco e
227 que o Conselho está sendo conivente. A Conselheira Vanessa Pina coloca que o Conselho
228 deliberou de forma diferente da indicação das Orientadoras Pedagógicas, e que não se trata de
229 uma prorrogação de prazo e sim um prazo inicial do Conselho, ainda que a democracia não é
230 uma via de mão única, e que houve a votação de um encaminhamento do Conselho. O
231 Conselheiro Ângelo interrompe dizendo “Como vocês dizem que democracia não é uma via
232 de mão única se no começo da reunião foi dito que a gente que é novo não podia falar, tinha
233 que ouvir, isso é um absurdo”. (sic) A sra. Presidente coloca uma questão de ordem e solicita
234 que os conselheiros respeitem as ordens de fala. A Conselheira Rúbia aponta que o Conselho
235 trabalha baseado nas documentações recebidas, e que as vistorias *in loco* cabe à equipe de
236 orientação pedagógica, lembra que essa reunião está sendo realizada dentro do prazo ofertado
237 pelas orientadoras pedagógicas, podendo inclusive já ter sido sanado o problema. A Vice-
238 Presidente Patricia diz “Só uma solicitação, de que o Carlos no registro da ata recorra à



239 gravação da reunião e coloque minhas falas tais quais foram feitas, porque os comentários no
240 chat do Conselheiro Ângelo estão desvirtuando as coisas que eu disse. Só peço esse
241 encaminhamento e não vou refutar”. O Conselheiro Ângelo diz “Eu só vou pedir a mesma
242 coisa que a Patricia pediu e eu queria colocar, que assim, primeiramente eu não sei como era
243 <inaudível>. Mas eu venho percebendo em algumas falas em algumas coisas, por exemplo a
244 fala da Vice diretora no começo como vai ficar gravado e eu acho isso muito bom, foi de que
245 as pessoas que não tem a experiência ainda com o conselho talvez deversem esperar mais pra
246 falar ou alguma coisa nesse sentido, foi a leitura que eu fiz do que foi dito. Ai depois disso, a
247 gente também ouve algumas falas que quem é contra, e eu faço questão que realmente seja
248 gravado isso, a gente está falando de uma escola com a fiação exposta, uma creche que atende
249 168 crianças e ai algumas das pessoas do conselho colocam que existe um perigo para essas
250 crianças e a gente está preocupado com a integridade, com a segurança dessas crianças e aí
251 a gente tem que ouvir de algumas pessoas que compõem esse conselho que a gente não pode
252 trabalhar contra o direito das famílias ter creche, a gente não pode trabalhar contra a
253 aprovação da creche, eu fico pensando, a gente não pode trabalhar contra a aprovação da
254 creche por que? Se a creche está com uma fiação exposta que pode prejudicar a integridade
255 física das crianças, tá ok. Depois a gente tem, uma fala, uma conselheira que se coloca também
256 contra essa aprovação e uma outra pessoa que também é responsável pela direção do
257 conselho, no caso a Rosângela fala por cima dessa pessoa, cortando essa pessoa, né, e aí não
258 tem problema, estamos dentro da democracia, aí depois a gente tem que ouvir uma outra fala
259 de uma outra pessoa falando que a democracia é uma via de mão dupla e ai a gente olha pra
260 composição deste conselho e a gente se pergunta se é uma composição democrática. Já que
261 cinco pessoas deste conselho fazem parte, são representantes do governo, do executivo, mais
262 duas pessoas são representantes da Secretaria de Educação, aí mais duas pessoas da Câmara
263 de Vereadores, e a gente tem quantas pessoas que são Professores que trabalham diretamente
264 com as crianças, a gente tem quantas pessoas que representam as mães, os pais, as avós, as
265 famílias destas crianças, que vão estar nessa escola, as 168 crianças que vão estar numa
266 escola com fiação exposta, porque a gente tem aqui uma mãe representando, que é a Renata,
267 e a Renata deixou claro, e se eu estiver errado Renata, por favor me corrija. A Renata deixou
268 claro a preocupação dela como mãe de aprovar e se responsabilizar né como nós conselheiros
269 da aprovação ou mesmo pelo encaminhamento, que sim prolonga o prazo dessa escola, apesar
270 de estar sendo dito que não, é muito simples a conta, se a gente tinha até o dia 21 pra que
271 estivesse tudo certo e aí depois da reunião do conselho, se não estiver tudo certo até o dia 21
272 vamos até o dia 28. Sim, isso é uma questão de lógica, não tem interpretação nisso, e aí uma
273 das mães que é representantes das mães dessa comunidade deixa evidente a preocupação dela
274 com essas crianças, e a gente tem que ouvir que a gente está trabalhando contra o direito das
275 mães, sendo que a própria mãe colocou aqui, ela é representante das mães das famílias, ela
276 foi ouvida? Sabe? Aí eu fico pensando aqui, os interesses desse conselho são de fato a
277 comunidade? A comunidade sabe realmente o que está sendo definido aqui, a comunidade de
278 São Bernardo sabe o que está sendo colocado aqui, porque parece que não. E é só isso que eu
279 queria colocar aqui”. (sic) A sra. Presidente Rosângela coloca que o CME tem sua constituição
280 com as representatividades posta em seu Regimento Interno. Aponta ainda que os Conselheiros
281 são pessoas que possuem experiências na área de educação, e é saudável haver divergências de
282 ideias, por conta disso há um debate e uma votação. E que sempre o Conselho deve sair das
283 discussões com um encaminhamento e o encaminhamento realizado foi o melhor para aquela
284 situação específica. A sra. Vice-Presidente Patricia segue com a reunião pedindo à Conselheira
285 Eliane dar sequência na pauta. A conselheira Elaine apresenta o parecer da escola Obras
286 Sociais São Pedro Apóstolo – Creche São José. A conselheira Renata solicita que o parecer
287 seja mais preciso no item de “retirar degrau do parque”. O conselheiro Ricardo questiona se o

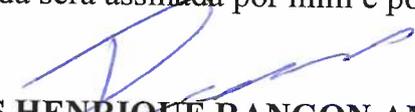
RA - TEM

288 CME tem poder de lacrar uma escola, sendo respondido pela sra. Vice-Presidente com a
289 negativa. Na sequência, o conselheiro Ricardo solicita que seja incluída a notificação de que
290 sejam sanadas as questões de segurança. A conselheira Vanessa Pina solicita que o relatório
291 fotográfico seja aprimorado nos próximos pareceres. A conselheira Joseleine apresenta o
292 parecer da Edificando Vidas II e após análise criteriosa, conforme lista de escolas analisadas,
293 deliberou-se: a) Aprovou-se, por unanimidade dos presentes, pela concessão de Autorização
294 de Funcionamento de Escola de Educação Infantil de Iniciativa Privada, até 28/06/2024, para
295 a escola “Vitare Educação Infantil EIRELI | Vitare Educação Infantil – Unidade II”; b)
296 Aprovou-se, por unanimidade dos presentes, pela concessão de Autorização de de
297 Funcionamento de escola de Educação Infantil de Iniciativa Privada, até 09/09/2022,
298 retroagindo seus efeitos a 18/01/2022 para a escola “Espaço Solidário III”; c) Aprovou-se, pela
299 maioria dos votos dos presentes, pela concessão de Autorização Provisória de Funcionamento
300 de escola de Educação Infantil de Iniciativa Privada, até 28/02/2022, retroagindo seus efeitos
301 a 30/01/2022, para obtenção do Alvará de Funcionamento com a devida comprovação à Seção
302 de Atendimento às Entidades Parceiras e de Autorização de Funcionamento (SE-117) e
303 adequação das pendências urgentes constantes no parecer das Orientadoras Pedagógicas; d)
304 Aprovou-se, por unanimidade dos presentes, pela concessão de Autorização Provisória de
305 Funcionamento de escola de Educação Infantil de Iniciativa Privada, até 03/07/2022,
306 retroagindo seus efeitos a 14/02/2022, para obtenção do Alvará de Funcionamento com a
307 devida comprovação à Seção de Atendimento às Entidades Parceiras e de Autorização de
308 Funcionamento (SE-117) e adequação das pendências urgentes constantes no parecer das
309 Orientadoras Pedagógicas, para a Escola Creche São José, mantida pelas Obras Sociais São
310 Pedro Apóstolo; e) Aprovou-se, pela maioria dos votos dos presentes, pela concessão de
311 Autorização Provisória de Funcionamento de escola de Educação Infantil de Iniciativa Privada,
312 pelo prazo de 60 (sessenta) dias, para obtenção do Alvará de Funcionamento com a devida
313 comprovação à Seção de Atendimento às Entidades Parceiras e de Autorização de
314 Funcionamento (SE-117) e adequação das pendências constantes no parecer das Orientadoras
315 Pedagógicas, para a Escola Associação Assistencial Edificando Vidas II. Passando para o
316 “item 5” da pauta; A sra. Presidente Rosangela aponta que, pelo adiantado da hora, os itens 3
317 e 4 da pauta não poderão ser discutidos com qualidade nesta data e sugere a realização de uma
318 reunião extraordinária para tratar exclusivamente dessas duas pautas. Haja vista a concordância
319 da maioria, fica agendada reunião extraordinária para às 14h00 do dia 25/02/2022. A sra. Vice-
320 Presidente solicita que não sejam incluídas outras pautas na reunião extraordinária, sugerindo
321 que outros assuntos sejam acomodados na próxima reunião ordinária. A conselheira Gabriela
322 solicita que a pauta da reunião extraordinária seja invertida, de forma a contemplar o assunto
323 de cuidadores antes da deliberação de retorno às aulas; A Conselheira Joseleine coloca que a
324 pauta será referente aos cuidadores conforme posto no edital e Auxiliares em Educação e
325 não aos AT (Atendimento Terapêutico). O Conselheiro Ricardo agradece ao trabalho do GT
326 de Autorização e solicita, sempre que for possível que o material de Autorização das Escolas
327 fosse disponibilizado com antecedência de ao menos 24 horas da reunião aos conselheiros, de
328 forma a acelerar a análise das escolas no pleno. A sra. Presidente informa que vai avaliar a
329 viabilidade disso junto ao GT e à Vice-Presidente. A Conselheira Cassia questiona sobre a
330 questão do transporte escolar e informa que metade dos alunos do Ibiapino não estão
331 frequentando a escola por conta de problemas do transporte escolar gratuito. A sra. Presidente
332 corrobora a necessidade de acesso das crianças e coloca que o serviço de transporte é
333 terceirizado e que a empresa que presta o serviço está acomodando todas as crianças e que isso
334 pode levar um tempo, mas que o Conselho deve ficar atento ao andamento desta acomodação.
335 O sr. Carlos informa que a Conselheira Ilka informou estar de férias e impossibilitada de
336 participar da reunião e a Conselheira Tatiana informou estar em licença maternidade e

A series of handwritten signatures and initials in blue ink are located at the bottom of the page, below the main text. The signatures vary in style and length, some appearing to be full names and others as initials or abbreviations. There are also some small marks and scribbles.

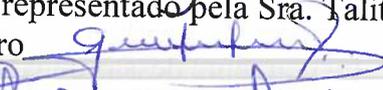
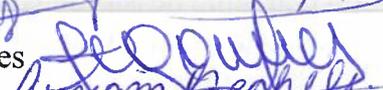
337 impossibilitada de participar desta reunião. Após, apresenta o relatório de comunicações: E-
338 mail recebido da Conselheira Luciana acerca dos cuidadores, que gerou assunto em pauta a ser
339 tratado na reunião extraordinária de 25/02/2022 e ofício recebido da Secretaria de Educação
340 com informações sobre a acessibilidade da EMEB Mario Martins. A Presidente informa que a
341 devolutiva será apresentada na próxima reunião ordinária. O sr. Carlos informa que a UNCME-
342 SP (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, seccional São Paulo), em parceria
343 com o Fórum Nacional de Educação e o governo do estado de São Paulo realizará a etapa
344 estadual da CONAE 2022, ainda que a etapa municipal organizada por este conselho já foi
345 ratificada pela UNCME-SP e já consta no site do evento. Esgotada a pauta, a sra. Presidente
346 Rosângela agradece a presença de todos e dá por encerrada a sessão plenária às 16h56. Nada
347 mais tendo a acrescentar, eu, Carlos Henrique Rangon Antunes, secretário da reunião, lavrei a
348 presente ata, que após ser aprovada será assinada por mim e por todos os presentes.

349
350


CARLOS HENRIQUE RANGON ANTUNES
Secretário da reunião

351
352
353


ROSANGELA BABINSKA
Presidente
Conselho Municipal de Educação

354 Adriana Barroso de Azevedo 
355 Ângelo Gabriel Viggiani
356 Carla Andrea Soares de Araújo
357 Caroline Guerra Takeuchi 
358 Cynthia Cristina Mora Ara 
359 Eliane Quirino de Souza ^{Consentindo}
360 Eliezer Mendes da Silva – representado pela Sra. Talita Mareira 
361 Gabriela Reis Silva Pinheiro 
362 Jorge Araújo da Silva 
363 Joseleine de Campos Gomes 
364 Luciana Campos Bechelli 
365 Patrícia dos Santos Vieira de Oliveira 
366 Patricia Vivolo Rotondaro da Silva 
367 Priscilla de Cassia Bessi de Mattos 
368 Renata Alves Leopoldo
369 Renata Lilian de Oliveira
370 Ricardo Gaspar
371 Rita de Cassia Tochetto
372 Rosa Maria Monsanto Gloria 
373 Rubia Armelini de Freitas 
374 Suzana Bonfiglioli Sapienza 
375 Tania Maria Scapin Murias
376 Vanessa de Magalhães Pina
377 Vanessa Takigami Alves 

ANEXO I

Escola	Endereço	Situação	Alvará VRE	AVCB	LTSE	Indicação do GT
Vitare Educação Infantil EIRELI Unidade II	Rua Lusitânea, 199/209 Centro 09725-150	AF vencida em 22/05/2020	28/06/2024	28/06/2024	07/07/2024	Autorização até 28/06/2024
Espaço Solidário Associação Assistencial III	Rua Dom Vasco Mascarenhas, 163 Ferrazópolis 09791-140	AF vencida em 18/01/2022	09/09/2022	em renovação	05/01/2024	Autorização até 09/09/22, retroagindo a 18/01/22
Fraterno Associação Assistencial Unidade II	Estrada dos Alvarengas, 1422 Campestre 09850-550	AF vencida em 30/01/2022	Área de Mananciais	17/12/2024	17/11/2022	Autorização provisória até 17/11/22, retroagindo a 30/01/22
Creche São José Obras Sociais São Pedro Apóstolo	Rua Ana Maria, 123 Vila Santa Luzia 09659-060	AF vencida em 14/02/2022	Protocolo	21/12/2024	03/07/2022	Autorização provisória até 03/07/22, retroagindo a 14/02/22
Associação Assistencial Edificando Vidas II	Rua Guarapuava, 20 Jardim Represa 09843-350	AF vencida em 04/02/2022	Área de Mananciais	Protocolo	19/01/2023	Autorização Provisória de 60 dias, para adequação das pendências e entrega do AVCB



223ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Análise das solicitações de autorização de funcionamento das escolas de Educação Infantil de iniciativa privada do município

